



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DA
FIGUEIRA DA FOZ**

**ACTA N.º 2 /2011
SESSÃO ORDINÁRIA
DE 28-02-2011**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Acta nº 2 da Sessão Ordinária de 28-02-2011

LOCAL - Sala das Sessões dos Paços do Município-----

DATA - 28 de Fevereiro de 2011-----

INICIO - 16 horas-----

A sessão iniciou-se com a presença de:-----

PRESIDENTE - Vítor Frederico da Silva Figueiredo Pais..... PSD

1º SECRETÁRIO - António Azenha Gomes..... PSD

2ª SECRETÁRIA - Ana Elisabete Laborda Oliveira..... PSD

MEMBROS - Joaquim Manuel Gomes Afonso *em substituição* MOVIMENTO FIGUEIRA 100%

João Paulo Correia Rodrigues PS

Lídio Manuel Coelho de Neto Lopes PSD

Anabela Almeida Marques e Gaspar PS

Maria Isabel Gaspar Ferreira de Sousa PSD

António Jorge Rodrigues Pedrosa MOVIMENTO FIGUEIRA 100%

Manuel Simões Mota PS

Adelino da Costa Pinto PS

António Francisco Guerra Padrão PSD

Elisa Maria Coimbra Matos MOVIMENTO FIGUEIRA 100%

Nelson César Santos Fernandes CDU

Maria dos Prazeres Alves de F. de Mendanha e Albergaria PS

David Manuel Fajardo Azenha PSD

Rui Manuel Ramos Carvalho *em substituição* PS

Isabel da Conceição G. Fonseca *em substituição* ... MOVIMENTO FIGUEIRA 100%

Francisco Nuno Costa de Melo Biscaia PS

Marina Resende Gomes da Silva PS

João Paulo Águas Tomé Ferreira dos Santos BE

Isabel Maria de Oliveira F. G. Coimbra Barriga ... MOVIMENTO FIGUEIRA 100%

Tiago Gomes Teodósio Castelo Branco *em substituição* PS

Manuel António Fernandes Domingues PSD

Mafalda Sofia Mendes Azenha PS

Maria Margarida de Oliveira Monteiro Fontoura PSD

Luís Nuno de Almeida e Castro PS

PRESIDENTES DE JUNTAS DE FREGUESIA

(Alhadas) Jorge Manuel Rocha Oliveira PSD

(Alqueidão) Maria Caeiro Marques Simão PSD

(Bom Sucesso) Dário Figueiredo Acúrcio PSD



(Borda do Campo)	José António Carvalho Gaspar	PS
(Brenha)	Fausto Fernando Santos Loureiro	PS
(Buarcos)	José Manuel Matias Tavares	PS
(Ferreira-a-Nova)	Euclides Pagaimo de Jesus Frade	PSD
(Lavos)	José Elísio Ferreira de Oliveira	INDEPENDENTE
(Maiorca)	Filipe Humberto Mateus Dias	PSD
(Marinha das Ondas)	Manuel da Conceição Rodrigues Nada	PS
(Moinhos da Gândara)	Paulo Manuel Querido Rodrigues	PSD
(Paião)	João Paulo Gonçalves Pinto	PS
(Quiaios)	Carlos Manuel da Silva Rabadão	PSD
(Santana)	Fernanda do Rosário Oliveira	PSD
(S. Julião)	Fernando Góis Moço	PS
(São Pedro)	Carlos Manuel Azevedo Simão	INDEPENDENTE
(Tavarede)	Victor Manuel dos Santos Madaleno	PS
(Vila Verde)	João Filipe Carronda da Silva Antunes	PS

Após verificação do quórum, deu-se início à sessão.-----

SUBSTITUIÇÕES

Foram substituídos os membros: José António Nogueira dos Santos por Joaquim Manuel Gomes Afonso, Fortunato Carlos Alves da Costa por Rui Manuel Ramos Carvalho, António Manuel Pereira Simões por Tiago Gomes Teodósio Castelo Branco e Carlos Alberto Pais dos Santos por Isabel da Conceição Gonçalves Fonseca.-----

JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS

Justificaram as faltas os membros: José António Nogueira dos Santos e Fortunato Carlos Alves da Costa, António Manuel Pereira Simões e Carlos Alberto Pais dos Santos.-----

A - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1.1 - LEITURA DO EXPEDIENTE E PRESTAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS

PRIMEIRO SECRETÁRIO, interveio para fazer a leitura resumida da correspondência recebida.-----

1.2 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DAS ACTAS DAS SESSÕES DE 29 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 21 DE JANEIRO DE 2011

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA, disse o seguinte: “começava por pedir os vossos comentários à acta que vos foi distribuída sobre a sessão de 29 de Dezembro e aguardo que alguns dos presentes queira efectuar alguma intervenção. A não solicitação da palavra, leva-me a querer que, a acta que foi devidamente



analisada por todos e que estará conforme aquilo que foi a sessão. Portanto passávamos de imediato à votação.”-----

A Assembleia Municipal, deliberou por maioria, com trinta e três votos a favor (16 do PS, 13 do PSD, 2 dos Membros Independentes, 1 do Movimento Figueira 100% e 1 da CDU) e com sete abstenções (4 do Movimento Figueira 100%, 2 do PS e 1 do PSD), aprovar a acta da sessão de 29 de Dezembro de 2010.-----

DECLARAÇÃO DE VOTO

LÍDIO LOPES, fez a seguinte declaração de voto: “só para fazer referencia à acta, é que o meu voto, tem única e exclusivamente a ver, com o facto de não ter estado presente na assembleia de 29 de Dezembro.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA, disse o seguinte: “passávamos à acta da sessão de 21 de Janeiro, os vossos comentários por favor, não havendo passava à votação.”-----

A Assembleia Municipal, deliberou por maioria, com trinta e quatro votos a favor (16 do PS, 14 do PSD, 2 dos Membros Independentes, 1 do Movimento Figueira 100% e 1 da CDU) e com sete abstenções (4 do Movimento Figueira 100%, 2 do PS e 1 do PSD), aprovar a acta da sessão de 21 de Janeiro de 2011.-----

DECLARAÇÃO DE VOTO

FERNANDA OLIVEIRA, fez a seguinte declaração de voto: “a abstenção prende-se com o facto de não ter estado presente no dia 21.”-----

2 - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA, disse o seguinte: “passava a informar-vos que não temos ninguém do publico inscrito para nos apresentar qualquer tema nesta assembleia, por isso passávamos de imediato ao ponto seguinte.”-----

3 - ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE DO MUNICÍPIO

LÍDIO LOPES, interveio dizendo: “queria aproveitar para colocar algumas questões, relativas à matéria que tem a ver com o “Censos 2011” e queria deixar uma pergunta ao Sr. Presidente da Câmara, para que ele, no seu espaço próprio, nos possa responder e, obviamente, nessa altura estarei inscrito para o que ele possa dizer sobre o que lhe vou perguntar, e pergunto desde já, hoje de forma absolutamente surpreendida, para todos os que estão minimamente informados sobre estas coisas, apareceu uma noticia no jornal regional que diz, PS é partido socialista, tem estudo sobre as empresas municipais, e diz que, dirigentes e autarcas do PS já se encontram na posse do estudo que a câmara encomendou sobre o destino das empresas municipais. E ao que foi possível apurar, o documento aponta aquilo que toda a gente sabe, nada disto é novidade. Depois faz nota



sobre aquilo que são as opções do Sr. Presidente da Câmara, relativamente a esta matéria. Sendo que esta matéria foi tratada na Assembleia Municipal. Sendo que ela, ao longo do tempo, tem sucessivamente sido chamada na discussão da câmara municipal e sendo que todos nós ficámos muito surpreendidos, pelo facto de sermos os últimos a saber, e isto em Portugal, até tem um nome que não achamos piada nenhuma. Queríamos, directamente ao Sr. Presidente da Câmara perguntar, foi o Sr. Presidente da Câmara que aos dirigentes e autarcas do PS deu este estudo? Se foi, falaremos de uma determinada forma. Se não foi falaremos doutra. E em relação ao Censos 2011, é em tempo oportuno, porque o momento foi fixado pelo Instituto Nacional de Estatística, entre 1 de Março e 31 de Maio, nós estamos neste momento na dobra exactamente para o dia 1 de Março, e o recenseamento geral da população realiza-se em Portugal desde 1964 e tem uma periodicidade de dez anos, a partir de 1990. É um momento importante para a recolha e tratamento de dados, de forma a que se consiga perceber a realidade social e económica do país e estes serão os últimos que irão acontecer neste modelo, sem citar e tradicional, porque a partir de agora, com a internet tudo será feito de forma diferente. É referido que o envolvimento e a corporação das autarquias é factor imprescindível para o sucesso das operações censitárias, ou da proximidade das populações e, é dito que o recrutamento temporário e atempado de milhares de pessoas recenseadores, terá a colaboração imprescindível dos funcionários da administração local, para a coordenação e controle dos trabalhos de recolhas dos dados. Sendo certo que, as câmaras municipais, são entidades intervenientes e que se responsabilizam pela organização, coordenação e controle das tarefas de recenseamento, e é dito no diploma, terão de disponibilizar mobiliário, veículos e transportes próprios, visto que também tem proceder ao pagamento das remunerações do pessoal interveniente nos trabalhos de recenseamento, através de conta bancária aberta, especificamente para este efeito. Refere também que, o Presidente da Câmara deve designar técnicos para coadjuvar o desempenho destas funções. E que no pessoal a contratar, ele é de absoluta e completa articulação com as autarquias locais, através de contrato de tarefa, o INE depois vai às câmaras suportar as despesas associadas a este movimento.-----

Gostava de saber, sendo isto importante para o conhecimento da realidade social e da realidade económica no concelho da Figueira da Foz, por actualização do ultimo Censos, se a câmara municipal já cumpriu e já seguiu passo naquilo que



tem a ver com a abertura expressa de uma conta bancária para este efeito, e se já determinou o técnico e temos o pessoal contratado nos termos deste diploma que, a partir de amanhã e até como é referido, Maio de 2011, tudo decorra bem.”-

NELSON FERNANDES, interveio dizendo: “lemos na imprensa a intenção do Sr. Presidente da Câmara, no sentido de mudar a localização do Parque Logístico da Zona do Vale de Murta, para na Zona Sul do concelho.-----

Nós não vamos analisar aqui nenhum dos fundamentos que levam a essa intenção, mas entendemos que a fundamentação de localização no Vale de Murta, tem a ver com a inter-modalidade do local, na confluência das auto-estradas A14 e A17, com a ligação ainda à A1, e ligada à ferrovia, que serve o Porto da Figueira da Foz. Uma nova localização, algures na Zona Sul; trazia consequências que, provavelmente, alterariam os desenvolvimentos futuros do concelho. Não somos contra nem a favor de tal mudança. Mas gostaríamos de saber se esta alteração, significa a simples alteração do Parque Logístico, ou se vai trazer alterações ou não, no porto da Figueira da Foz ou outras alterações não anunciadas.-----

Desejamos tão só relativamente a esta questão, ter dados para nos pronunciarmos e neste momento não temos.”-----

ELISA MATOS, interveio dizendo: “a adopção de agendas 21 locais é, antes de mais, uma actividade dinamizadora da cidadania e divulgação dos princípios da sustentabilidade.-----

A matriz do processo de desenvolvimento participado, da base para o topo, não se coaduna com a matriz, do que me parece estar aqui em apreço, que é inadequadamente, o topo para a base, o que gere a institucionalização de práticas burocráticas dispendiosas e que constituiu factor de desmobilização dos necessários incentivos à participação e de uma boa articulação entre munícipes e responsáveis autárquicos.-----

A participação publica, que é a razão de ser da agenda 21 Local está, parecem-nos, votada a um papel secundário, não sublinhando adequadamente a sua importância e o pleno envolvimento de todos os actores sociais nas várias fases do processo. Não pode ser esquecido que a participação plena e ampla, é um dos elementos fundamentais de uma agenda 21 local bem sucedida. Num País onde a cultura de valorização dos processos participativos é ainda tão incipiente, deveria eleger-se esta componente, como elemento central e não apenas como mais uma etapa ou requisito, tal como vem designado ou ainda um tem que ser, para o povo ver.-----



Não basta, submeter o resultado do trabalho feito a uma consulta publica, por exemplo, para eventuais correcções e comentários, para que possa dizer que estamos perante uma iniciativa, que mobilizou a sociedade civil e que incorporou os pontos de vista dos vários parceiros sociais, não se limitando a ser a expressão do pensamento, de um conjunto de especialistas por mais competentes que eles possam ser.-----

O desígnio, deve ser, o de mobilizar e de ajudar a sociedade civil a encontrar, por ela própria, soluções locais sustentáveis e não o de comandar, através de um quadro plano, um processo de transição para a sustentabilidade. Isto deve ser claramente afirmado, um documento desta natureza, não deve ser entendido como um conjunto de normas e de receitas técnicas para se alcançar um determinado objectivo. Acima de tudo, o que diz respeito ao desenvolvimento local, não existe uma trajectória única para a sustentabilidade de vencer, assumida e explicitada logo à partida, sendo variados os contextos e os processos locais de desenvolvimento rurais, urbanos, deve ser afirmado o princípio da diversidade das experiencias para a sustentabilidade local.-----

Valeria ainda a pena sublinhar, a importância de envolver todas as forças políticas e sociais desde o primeiro momento.-----

Um processo de Agenda 21 Local, é um processo continuo e dinâmico que requer o envolvimento de todos, na definição dos objectivos centrais num processo marcadamente de co-responsabilização.-----

Sem o envolvimento claro, desde o primeiro momento dos diversos agentes políticos e sociais, corre-se o risco do processo ser desvirtuado, por ausência de comprometimento e de identificação, cujos objectivos acordados, neste contexto, recomenda-se reordenamento de prioridades e ênfase no paradigma dos processos da Agenda 21, a participação, que bem poderia ter sido a aprovação por esta assembleia, da carta de Aalborg, requisito essencial pelo envolvimento dos próprios representantes políticos do município e à semelhança de muitos outros. Sendo assim, pergunto pelo cronograma da acção e do programa já planeado neste âmbito, e o que já fizeram para uma envolvimento efectiva e necessária da sociedade civil.-----

No figueirense, do dia 10 de Setembro de 2010, podíamos ler um artigo intitulado "Figueira da Foz cidade sustentável, território coeso" o seguinte: o professor estabeleceu um conjunto de procedimentos que visam elaborar um PDM de segunda geração, utilizando a Agenda 21 local e, contando com o máximo de participação



dos cidadãos para a definir. Pretendemos, cito, para a Figueira da Foz, nos próximos 20 anos, pelo menos. Para uma sociedade sustentável afirmava e propunha que o cidadão esteja no centro do processo até ao resultado. Sendo assim, pergunto, pelo cronograma da acção e do programa já delineado neste âmbito e o que já fizeram para uma envolvência efectiva e necessária da sociedade civil. Pergunto acerca do teor desta contratação directa. Contratou-se um técnico em nome individual, contratou-se directamente uma empresa ou efectuou-se um contrato directo com uma instituição universitária, pergunto ainda, o que já foi realizado no âmbito da participação da sociedade civil?"-----

ISABEL COIMBRA, disse o seguinte: "um dos temas fundamentais da Agenda 21, é o fortalecimento do papel da infância e da juventude no desenvolvimento sustentado. Através da Agenda 21 escolar, pretende-se que as escolas participem num projecto, educativo local, que vou utilizar agora o acrónimo PEL, para designar o projecto cuja elaboração e implementação desafiam a prévia criação de espaços onde se discutam alternativas, tomem decisões comuns, se assumem compromissos e determinem acções que venham a actuar numa sociedade local sustentada."-----

Desta maneira, de modo a que este possa contribuir com a nova forma de aprender e de ensinar, de acordo com os ideais de cidadania e outros pré-estabelecidos na Agenda 21 Local. A autarquia é o organismo que deve motivar os intervenientes locais, garantir a supervisão e avaliação do processo."-----

Posto isto, que apenas pretendo enquadrar o assunto, levantam-se algumas questões acerca do que já foi realizado na Figueira da Foz, relativamente à Agenda 21 escolar e ao PEL."-----

Pelo que sei e, porque recebi via correio electrónico, foi apresentado às escolas, um trabalho encomendado a um organismo académico estranho à câmara municipal e que, obviamente, se encontra fora da realidade escolar e das especificidades locais."-----

A câmara municipal da Figueira da Foz, deu assim o papel principal à FLUXEGOTE, assumindo este organismo, uma das competências inerentes ao município. Com isto, a autarquia figueirense não demonstrou um desempenho específico na construção do PEL, tendo até à data se limitado a chamar os representantes das escolas do concelho, onde o dito organismo académico deu conhecimento do trabalho já efectuado. Uns slides fabricados numa universidade fora do concelho, baseados numa contextualização dos problemas e objectivos a alcançar com a Agenda 21



escolar da Figueira da Foz, numa apresentação vaga que, pode suscitar alguma ou muitas confusões. Visto que a contextualização pode também adaptar-se a uma qualquer das outras doze cartas educativas elaboradas pela mesma FLUXEGOTE, ou até mesmo se pode enquadrar segundo os outros planos estratégicos, elaborados para outras áreas que não a do campo educativo.-----

Na nossa opinião, no final do trabalho, percebe-se que foram colocadas, a martelo, e apenas para fazer a ligação local, umas quantas actividades e projectos comunicados pelas escolas sem, no entanto, ser feita qualquer menção ao seu teor. Provavelmente por não conhecerem as escolas figueirenses, o que se faz e o que se passa nessas escolas, até duas delas vêm o seu nome proferido erradamente.-----

Erros, apenas justificados por quem está fora da realidade escolar da Figueira da Foz e, que se limitou, no final, a replicar uma lista de actividades avulsas. O local da Figueira da Foz, exigiria, não as sucessivas apresentações de trabalho feitas externamente mas, e sobretudo, a participação voluntária de toda a comunidade, concertando actividades formais com outras não formais, onde tivessem intervindo todas as associações colectivas concelhias, os centros de saúde, as forças de segurança, a educação, os pais, os idosos, e até o sector empresarial privado, que poderia propor estágios ou eventos educativos. A ideia que fica é que, a autarquia figueirense quis mostrar trabalho no campo educativo, relativo à Agenda 21 escolar, mas de forma preguiçosa. Recorrendo a terceiros e a custos, continuando apenas confinado ao seu papel tradicional na educação do concelho, mobilar, reparar e equipar as escolas.-----

Pondo de lado os slides pouco esclarecedores que as escolas receberam, talvez fosse conveniente explicar qual é, de facto, o vosso plano estratégico para a educação local, para então se perceber melhor as principais linhas de orientação da politica educativa da câmara municipal da Figueira da Foz. E quais as propostas, exactamente, do vosso executivo? O tempo vai passando e continua a não se saber de que ponto partiram, onde é que estão agora e qual é o rumo a seguir na educação concelhia? Julgo que estes documentos impregnados de termos técnicos, envolvidos numa linguagem de difícil compreensão, para quem está de fora, não ajuda em nada a construção de um projecto educativo local.”-----

JOÃO RODRIGUES, interveio dizendo: “a minha intervenção vai, no sentido de questionar o Sr. Presidente da Câmara e neste caso a câmara municipal, sobre o estado da evolução das alterações e da revisão do Plano Director Municipal, e



como acho que o Plano Director Municipal é algo que deve ter a participação de todos os partidos, e dos vários intervenientes na sociedade, deve ter um debate bastante participativo, acho que veria, com bom tom, no seio desta Assembleia Municipal, se constitui-se uma comissão de acompanhamento ou um grupo de trabalho, que acompanhassem aquilo que está a ser feito, juntamente com a câmara municipal, para que quando fosse votado nesta Assembleia, este processo do PDM, que será um processo interactivo, nessa altura já estivesse numa fase que nós pudéssemos aprovar, sem qualquer problema e sem grandes discussões.”-----

LÍDIO LOPES, disse o seguinte: “esta questão foi colocada antes da Assembleia Municipal e tem a nossa concordância, acrescente-se à proposta, formato mais ou menos adaptado àquele que foi encontrado para o grupo de trabalho do Parque Desportivo de Buarcos. A nossa concordância com a forma e o mecanismo que utilizámos, de construção desse grupo de trabalho porque, de facto, deve ser para trabalhar em relação ao Parque Desportivo de Buarcos.”-----

ANTÓNIO PEDROSA, interveio dizendo: “é no seguimento da proposta do deputado João Rodrigues, dizendo-lhe que o Movimento Figueira 100%, estará de acordo com esta solução.”-----

No entanto, queríamos recordar, e as minhas colegas de bancada fizeram antes desta proposta, qualquer coisa que saia desta Assembleia Municipal, seja uma comissão de acompanhamento, seja de revisão de auscultação, chamemos-lhe o que entenderem, terá de ser sempre um órgão ou um grupo que irá apreciar as coisas, não de uma forma política, mas sim de uma forma, que obriga que o concelho tenha. Já passou um ano e meio, desde que o Sr. Presidente da Câmara tomou posse. Em Setembro de 2010, nesta Assembleia Municipal, fiquei com a nítida sensação que iria ser, brevemente apresentado, um cronograma que iria incorporar, desde a Agenda 21 Local, a revisão do PDM, um plano estratégico e, já lá vai este tempo e sugeria então, que todos estes aspectos fossem tidos em consideração para não andarmos a perder muito mais tempo.”-----

PRESIDENTE DA CÂMARA, interveio dizendo: “algumas das questões, até são oportunas, no sentido que dão a oportunidade à câmara, perante a Assembleia, de dar esclarecimentos de uma série de dossiers que estão pendentes.”-----

Em relação à primeira questão, suscitada pelo deputado Lídio Lopes, é evidente que é verdade, que temos um draft, um estudo, uma mera sugestão que, para já, agendamos uma reunião com a oposição para a análise ao documento. É um documento que, na nossa perspectiva, não é minimamente compromissório, de natureza



estritamente técnica que foi veiculado pelas empresas municipais e já deveria ter sido distribuído junto dos vários grupos, mas tal não foi feito. Por isso me penitencio, já devia ter sido feito. Dessas circunstâncias, não há aqui qualquer sonegação da informação, tão pouco porque já tinha falado da existência dele e apenas, por lapso, não foi distribuído porque nem sequer tomámos qualquer posição em relação a ele, limitámo-nos a ouvir a proposta que nos foi sugerida. Na altura o executivo confrontou o responsável, Dr. Carlos Lobo, a quem foi adjudicada a tarefa, no âmbito da Figueira Parques. Esse estudo tem por objectivo, apreciar o quadro de todas as empresas municipais e ver quais são as soluções possíveis para uma reestruturação. Colocando em alternativa a extinção, com a fusão ou a análise individual de cada uma delas.-----

Vamos ter oportunidade de fazer uma reflexão conjunta sobre este estudo, será ainda hoje difundido pelos vários grupos, já o devia ter sido. Foi distribuído, como disse, às empresas municipais, que em primeira linha devem ser auscultadas. E tive, de facto, também porque alguns elementos do PS me confrontaram perante a situação e marquei uma reunião e analisámos genericamente, descrevendo qual era o sentido da proposta. Posso desde já dizer, a proposta põe-nos em alternativas a três soluções, a primeira é a extinção de todo o conjunto de empresas, o que obriga a um encargo de endividamento de mais trinta milhões da câmara municipal ou da autarquia, o que praticamente inviabilizava o plano de saneamento financeiro e implicava uma ruptura financeira da própria autarquia.-----

O segundo, visa cada uma delas, sobre a viabilidade e o rácio. O rácio sobrevalorizado, questiona quais as consequências de, por exemplo, manter só a Figueira Grande Turismo ou a Figueira Domus, e depois numa terceira alternativa, propõe a fusão de todo o conjunto de empresas municipais numa só e a criação de uma empresa municipal de nome Figueira Urbis que teria, por objecto fundamental, a reabilitação e requalificação de toda a parte do nosso património imobiliário. No fim de contas, sugere uma empresa, veículo para acompanhar aquilo que já começa a ser a prioridade dos dias de hoje, que é requalificação e reabilitação. É um documento essencialmente teórico e, que vai ter uma discussão alargada, não temos nenhum pré-conceito em relação a isso, senão a salvaguarda do interesse publico. Portanto é um draft que será oportunamente analisado.-----

Depois poderá vir uma primeira proposta, e aqui estou perfeitamente aberto a uma ampla participação, obviamente através dos grupos políticos.-----

Em relação à questão do Censos, sendo uma questão estritamente técnica, o Dr.



Pedro Lopes está a acompanhar essa tarefa, já abrimos a conta, e parece que, tecnicamente, todas as questões estão resolvidas.-----

A segunda questão, localização do parque logístico, é uma questão que tem sido abordada nalgumas das reuniões de câmara, e aqui também poderei dizer que, não há uma solução acabada, o que havia era um propósito de localizar uma plataforma logística no Vale de Murta e, por isso, tenha havido uma alteração do Plano Director Municipal mas, posteriormente, houve uma alteração superveniente de circunstâncias que determinam e obrigam a uma reflexão mais madura. Porque por um lado, não tinha sido feito um estudo técnico que pudesse determinar, com precisão, qual era o custo da obra. Por outro lado a extinção ou encerramento da Linha da Beira Alta, tinha sido uma condição determinante da localização de apoio logístico naquele espaço, está em vias ou está definitivamente adiada, se não definitivamente encerrada, mas isso é um problema que nos ultrapassa.-----

Por outro lado, sendo que, tendencialmente, este parque logístico deve ser autosustentado, porquanto não é um investimento directo do município ou do conjunto de municípios que formam o agrupamento do Centrologis, parecia-nos e parece-nos e continuamos a parecer que é imprescindível fazer, levar a cabo um estudo de viabilidade económica. Portanto se, como refere o estudo, era necessário passar ao convite dos tais tack-olders, sendo que os tack-olders são fundamentalmente as maiores empresas do nosso concelho, nós temos que apresentar um produto que, de alguma forma, se compatibilize com a lógica dos seus interesses, dos interesses deles e do conjunto de empresas que constituem o agrupamento ou que estão incluídas no conjunto de municípios. Portanto, quer os custos, quer o estudo de viabilidade económica, acho que tem de ser efectuado, para depois determinar o sítio mais adequado.-----

Nessa base, e uma vez que isto tem uma ambição mais alargada, que se estende até Castela e Leão, houve a abertura de uma linha de financiamento, para estudos de mobilidade de carácter internacional e, nós concorreremos a essa linha de financiamento do Interregue que é a designação dessa linha de financiamento. Através do Interregue, vamos fazer estes tais dois estudos, que nos permitam definir custos e viabilidade económica, do respectivo Parque Logístico. Ou seja, o que existe é um conceito e a justificação da necessidade da instalação de um Parque Logístico, no concelho da Figueira da Foz. Mas não há um detalhe para depois passarmos para a execução prática. Embora para nós fosse favorável a localização deste parque ou desta plataforma, junto de uma área de



desenvolvimento industrial do concelho, todavia não poderemos obrigar o conjunto de municípios ao espaço que nos possa parecer mais favorável. Isto é um projecto Centrolgis, que é o tal agrupamento intermunicipal, e nós, paralelamente, temos uma ambição de desenvolvimento industrial. Espero que eles, possam ser complementares e, de alguma forma, este estudo, por um lado, determine que na conjectura económica actual e no plano de desenvolvimento do porto, a plataforma se continua a justificar, e por outro lado que essa plataforma possa ser compatível com os nossos objectivos de desenvolvimento industrial. Porque, para além disto, também está em estudo um plano de desenvolvimento do porto, tudo isto também se conjuga com as ambições do porto, e as capacidades de resposta do porto. É uma necessidade que temos de actualizar, o estudo datado de 2005, principalmente na conjuntura económica desfavorável e com alteração de circunstâncias que acabei de referir. Seria uma aventura avançarmos para aquele sítio sem estes estudos prévios.-----

Em relação à Agenda 21 Local e as várias referências que foram feitas, quer ao nível do plano escolar local e municipal, quer ao nível do desfaseamento entre as conclusões e a auscultação, houve um atraso, por dificuldade de orçamentação e de contratualização, porque, como sabe, isto acabou, este estudo e este acompanhamento técnico é feito pela Universidade de Coimbra, pela faculdade de letras pelo departamento de geografia, houve a necessidade de o contratualizar, porque havia algumas intervenções a nível formal e, eu próprio, achei que isto não era método e que sem a respectiva contratualização não se deveria avançar com estes projectos.-----

Concluída a contratualização, avançou-se e estamos numa fase de pré-diagnóstico. Esta fase não são as conclusões finais do estudo. Esta fase de pré-diagnóstico é um desafio, aos diversos interlocutores, levantando um conjunto de problemas que possa merecer, da parte deles, alguma reflexão.-----

Elas foram feitas ao nível do turismo, junto do tecido empresarial, sobre quais são as perspectivas de crescimento e desenvolvimento económico e, salvo erro, foram também auscultados, no que diz respeito, mas aí já me foge um pouco, porque não acompanhei directamente, ao nível do plano escolar, os vários directores das escolas. Não se pense com isto e o conselho municipal, não pense que os elementos de provocação que estão lançados, que já é a conclusão final, pelo contrário é a confrontação dos vários agentes, com um conjunto de questões que possa merecer reflexão. Aliás, peço o máximo de participação, a equipa está



disponível, nós criámos aqui uma equipa de planeamento, para acompanhar estes estudos e, quanto mais contributos possam ser dados, mais enriquecido ficará o projecto.-----

Não tenho, em relação a este plano, qualquer intenção de o condicionar ou de limitar as opiniões, pelo contrário.-----

O que diz respeito ao PDM, todos percebemos que há um conjunto, pelo menos assim é dito pelo quadro técnico, compreenderão que também apenas vou monitorizando e manifestando algumas preocupações e, dando algumas opiniões do que considero politicamente defensável, em relação ao PDM, ele próprio vai necessitar do resultado do Censos, é uma base imprescindível para se prosseguirem os trabalhos. Vai necessitar, também, de uma carta geo-referenciada, não é uma carta digital homologada, estava dependente de um conjunto de voos e de homologação, pelos técnicos que estavam a levar a cabo. Amanhã mesmo, vai ocorrer uma reunião, junto dessa equipa técnica, para saber se com a recolha de fotografias aéreas, já se podem ao mesmo tempo dar a respectiva homologação. Porque, se não homologarem ou se não tiverem condições para poderem homologar essa recolha de fotografias, então não vale a pena continuarmos com esta empresa, a quem já tinha sido adjudicado, no passado, esta tarefa. Portanto este é o ponto da situação ao PDM, obviamente que algum dos levantamentos feitos, quer na Agenda 21 Local, quer no acto resambiental, poderão servir e ajudar à elaboração do próprio PDM.-----

Há outro conjunto de cartas, que também está a ser trabalhado, portanto aquilo que tenho perguntado à equipa, se os trabalhos continuam, eles dizem-me que de facto não têm parado, a minha preocupação não para, tem características algo técnicas que não posso ultrapassar.-----

Quanto à comissão de acompanhamento, acho muito bem, é louvável até porque isto será sempre um produto de reflexão colectivo."-----

LÍDIO LOPES, disse o seguinte: "se a coisa não estava bem, a coisa não ficou melhor! Porque quando não sei como fazer, ou quando quero adiar ou quando quero fazer, ou quando quero demonstrar abertura para o que quero fazer, ou quando tenho dinheiro folgado, mando fazer um estudo, para depois ter a oportunidade de afirmar democracia e então permitir que todos nós podemos reflectir e estudar sobre o estudo que foi feito. Hoje foi-nos dito que, o estudo que foi feito é um draft de estudo. E é no momento de natureza técnica, mas ao mesmo tempo essencialmente teórico, e há uma coisa que os figueirenses hoje têm de saber, e



isso vai ser fácil, com certeza absoluta, responder-lhe, quanto custou o estudo, quem neste queijo suíço deixou furar para a comunicação social, demonstrando-se mais informado do que aqueles que deviam estar informados, dizendo que já tinha um estudo na sua mão.-----

Hoje também ficámos com a noção clara que, se o Sr. presidente distribuiu o seu estudo, como diz pelas empresas municipais, o PS da Figueira da Foz constituiu-se uma empresa municipal, e por isso temos PS EM, porque a eles também foi distribuído tudo, e a mais ninguém do espectro político da Figueira da Foz. Quase me sinto tentado, como outros neste espaço de discussão política, que esta promiscuidade inaceitável entre o poder e o partido, até já provocou, recentemente, alguns incidentes de conferências de imprensa e que não é saudável, para o nosso relacionamento institucional. Não é saudável esta vontade, que o PS tem de estar à frente ou ao lado, tão ao lado que parece mais à frente do que a câmara municipal ou do que aquilo que é o universo de decisão da autarquia.-----

Acho que o que aconteceu não foi bonito Sr. presidente! Para a comunicação social, hoje passou que, todo o universo político partidário do PS, já tem e discute um documento, que é pago por todos nós, e que nós não temos conhecimento, nem dos senhores vereadores, nem sequer na Assembleia Municipal, mas a esta sede, as coisas chegam sempre depois e isso é natural. Mas nem no universo dos senhores vereadores. E a noção que tenho é que o Sr. acha que isto que não foi bem, e que é grave. Se não, não teria, por duas vezes, ouvido dizer "eu penitencio-me". E quando um Presidente da Câmara diz, perante o universo político que, contra ele, do ponto também político, está a agir, eu penitencio-me, é porque tem, a certeza absoluta, que alguém na sua equipa, não esteve bem e o Sr. está a pagar por isso. Está a fazer figura de Egas Moniz, tenho a certeza que não foi o Sr. que deu o estudo. Mas tenho a certeza que alguém o deu por si e, que agora, quem tem de arcar com esta dificuldade de aos figueirenses dizer, mas eles têm, porque passou por baixo da porta, e tiraram-lhe o selo e a carta coube. A verdade é que este estudo, que é um draft, custou dinheiro à câmara e hoje, para que fique claro, gostávamos de saber, exactamente, quanto custou e qual é o alcance deste estudo que, pelos vistos, é uma realidade discutida dentro do PS. E mais, que trouxe de novo esse estudo, àquilo que todos nós já sabíamos da equação das possibilidades, ou se extinguíam todas as empresas ou se extinguíam algumas, ou se constituíam uma empresa e nela todas as outras iriam



entrar.-----
Portanto, Sr. Presidente, se é tão só quanto isso, neste contexto, tenho a certeza que este estudo não lhe trouxe novidade nenhuma. Trouxe antes, menos uns cobsres na tesouraria porque ele terá de ser pago.-----
O Sr. Presidente marcou uma reunião com os vereadores da oposição, Sr. presidente, se fosse vereador da oposição sentir-me-ia mal ir para essa reunião.”-----

ELISA MATOS, disse o seguinte: “Agenda 21 local, pelo que entendi, o Sr. Presidente admite o atraso, por dificuldades na contratualização de serviços necessários, serviços técnicos presumo, nem sempre isso acontece, nem sempre as coisas são como nós desejamos. Também entendi que, a contratação se efectuou com a Universidade de Letras, do Departamento de Geografia. Também entendi que não era o resultado final que aqui estava em jogo, ainda bem, porque é neste pré-diagnóstico, que agora está a ser realizado, que desde logo se deve envolver os diversos interlocutores quer das áreas sociais, quer das áreas ambientais, quer da área do desenvolvimento económico. Pelo que percebi, os parceiros foram o turismo, quem do turismo? Que entidade? E depois o tecido empresarial. Tecido empresarial e turismo, muito bem, dois interlocutores válidos, porque não o tecido empresarial é fundamental, tem a componente económica de desenvolvimento sustentável, palavra esta que todos enchem a boca. Mas falta aqui a questão ambiental e todas as organizações ou associações ambientalistas, por exemplo do concelho que tenha conhecimento, até agora auscultadas.-----

Também vimos, e louvo a sua abertura e uma atitude nada dogmática em relação à mesma, dizendo que está disponível, este processo seja mais participativo possível. Mas também penso que, se deveria pensar como muita clareza os instrumentos, para uma efectiva participação, o cidadão comum se sequer exercer, uma participação responsável, não chegam aqui e procuram uma equipa técnica para com ela poderem falar ou com ela poderem dialogar.-----

Quanto à proposta do colega de bancada Jorge, acerca do PDM, acho muito bem, mas o PDM é o resultado do PDM da segunda geração para que se propõe para grande lema da Figueira, território coeso e sustentável, é a finalização de todo um processo que envolve uma série de estudos; alguns dos quais ainda à pouco foram referidos por você, como por exemplo o estudo do Centrologis, o estudo do plano de desenvolvimento do porto, pois uma visão concertada do concelho tem em conta todos estes estudos, quando se elabora uma Agenda 21 Local, para um



desenvolvimento sustentável que, depois, se vai traduzir num final de processo, passando por um grande desenvolvimento estratégico, naquilo que vocês pretendem efectivamente neste concelho, que é a tal revisão do PDM, para a construção de um PDM de segunda geração.-----

Também é importante, que a autarquia pense que neste processo não estamos sozinhos, também estamos num país, também temos que nos submeter, quer ao plano nacional de desenvolvimentos sustentável, quer ao plano nacional ambiente de saúde, todas essas indicações são importantes, isto deveria ser visto de uma forma concertada e, já que o processo, por atraso de contratualização que todos estamos sujeitos, porque as coisas não são como nós queremos que sejam, devia começar-se desde logo a pensar na possibilidade de criar mecanismos, para juntamente com esta equipa, que já está disponível, poderem começar a exercitar uma participação, sem ter que ser assim de animo leve, mas agradeço-lhe os seus esclarecimentos. Também gostava, que falasse com mais animo, talvez com mais sensibilidade, acerca destas questões, porque no fundo estas questões parecem questões teóricas, de uma pessoa que está para aqui com teorias, mas elas estão na base daquilo que vocês, a boca cheia, dizem que querem deste concelho, que é um desenvolvimento sustentado. Porque, caso contrário, a sustentabilidade é simplesmente uma palavra oca. Porque, a sustentabilidade com aquele triangulo, economia, sociedade e ambiente, temos estes três, eles nunca são nada sem o outro, sem a outra parte, o outro pilar que é o politico institucional. Infelizmente, hoje já não somos só nós os políticos, são também as instituições. E é só para isso que queria intervir, agradeço-lhe os seus esclarecimentos.”----

ANTÓNIO PEDROSA, interveio dizendo: “é sobre esta questão, relacionada com as empresas municipais. Sr. Presidente agradeço-lhe a sua frontalidade e a sua honestidade de dizer e essa penitência que fez em relação ao facto desse estudo já estar disponível. Mas o que acho que os figueirenses querem saber, é qual a sua decisão, já houve tempo para estudar, já houve tempo para consultarem, é a altura de decidirem. Percebo que o Sr. deputado Lídio Lopes e o PSD queiram ter acesso ao estudo que, com certeza, estará lá muita informação sobre o que foi os mandatos do PSD na câmara municipal.-----

Para terminar, é altura de decidir, acho que já chega de estudos, a situação é conhecida, já passou, já lá vai quase metade do mandato. Era só esse conselho que deixava ao Sr. Presidente da Câmara.”-----

JOÃO CARRONDA, interveio dizendo: “quero dizer que à pouco foi feita uma



observação que é de registar, é que há um novo paradigma neste executivo camarário, é pedir penitência. É ser humilde, que era coisa que não se via por aqui. E se existe um draft, o Sr. Presidente diz que existe, não tenho conhecimento dele, se existe um draft sobre o estudo e o trabalho a realizar sobre as empresas municipais, se ele transpirou, ainda bem que transpirou alguma coisa, se é que é de transpirar. Porque, Sr. deputado Lídio Lopes, manifestou aqui, que de facto há estudos, eles divulgam-se pagam-se, Sr. deputado Lídio Lopes, então e aqueles estudos que ficaram nas gavetas durante anos e que nós nunca soubemos que foram realizados e que foram pagos. Aí é que é de criticar, é que vi alguns estudos, passados três anos, quando foram limpar as teias de aranha, descobriam-se que havia lá, e situações até conflituosas entre freguesias. E que se aproveitava todo essa situação ambígua e as pessoas a fazerem figura de parvo, a perguntar como é que as coisas estavam e diziam que não havia nada. Isso é que acho que era de lamentar. Não é agora, a situação de vir um Presidente da Câmara, e dizer eu penitencio-me por qualquer coisa que possa ter corrido menos bem, este sentimento de humildade, não o vi no passado."

NUNO BISCAIA, interveio dizendo: "relativamente a dois assuntos que foram abordados já nesta assembleia, queria aqui deixar duas pequenas notas. Relativamente à questão da criação do grupo de acompanhamento, ao processo de revisão do PDM, parece-me como o Sr. Presidente da Câmara já disse, que será de louvar, obviamente que será um acompanhamento por membros desta assembleia, mas sem que com isso se crie qualquer entrave ao desenrolar do processo. Aliás, assim está explícito no próprio regimento. Portanto, debatermo-nos é sempre pela clareza, é sempre pela chegada de informações a esta Assembleia Municipal. A composição do tal dito grupo de acompanhamento, criado nesta assembleia, será decido, depois, em conferência de líderes, tal como o regimento assim o designa. Relativamente à intervenção do Sr. deputado Lídio Lopes, sem querer entrar por essas suas farpas tão conhecidas, do ponto de vista político, apenas acho que, de facto, o Sr. parece que está a desviar-se do que é essencial, para aquilo que é acessório. O Sr. deputado está a revelar uma visão, um pouco turva, é que pelo Sr. Presidente aqui disse, que não é sua intenção ocultar nada a ninguém. E como aqui ele disse sempre, a resolução desta situação passaria pela auscultação das forças vivas e partidárias desta cidade. Aqui interessa resolver e não adiar. E essa resolução e decisão só se fará por todos, tudo o resto, como se diz, são "pinets"."



LÍDIO LOPES, interveio dizendo: “em relação ao deputado António Pedrosa, temos tanto medo do que está no estudo, do que temos do que está na auditoria. E temos tanta preocupação quanto custou o estudo como quanto custou a auditoria. E tanto o estudo como a auditoria, vão dar em nada, porque estamos na mesma. No principio e para discutir.-----

Em relação à penitência, do Presidente da Junta de Freguesia, João Carronda, de facto, no passado, o Sr. tinha poucas penitências, porque também tinha poucos erros como este, de deixar passar como queijo suíço, tudo aquilo que não deve sair para o exterior e, pelo menos, como isto saiu. Não transpirou desta vez, suou mesmo e com força. Devo-lhe dizer que, em relação ao deputado Nuno Biscaia, ele pensava que era do mesmo partido politico do que o deputado, que fez a proposta do Plano Director Municipal e que era do PS. Mas se o líder da bancada concorda com a proposta efectuada pelo Sr. deputado municipal da sua bancada, sobre uma matéria, estamos todos de acordo, porque estamos todos de acordo com essa proposta.-----

Em relação à visão um pouco turva, o Sr. deputado só rendilhou.-----
O estudo se existe é um draft, se é um draft é um draft técnico muito teórico, isto por acaso é um paradoxo mas, ao mesmo tempo, é uma base de trabalho que queremos continuar a saber e o Sr. presidente ainda hoje nos vai responder quanto custou.”-----

JOÃO RODRIGUES, interveio dizendo: “queria dar um esclarecimento, no seguimento da intervenção do deputado Lídio Lopes, que quando fiz a proposta, tive o cuidado de falar com o líder do PSD, com o líder do PS e neste caso com o António Pedrosa do Movimento Figueira 100% e chegámos a um consenso, que era que eu apresentava a proposta. É perfeitamente normal que os lideres das bancadas, no seu caso, você disse como líder do PSD que concordava, o líder do PS disse também que sim, e o António Pedrosa não é líder, mas tem que ser, neste caso é, hoje é líder, disse que sim, não vejo mal nenhum nisso, e porque fui eu a fazer a proposta não quer dizer que nós não estejamos do mesmo grupo e da mesma bancada.”-----

PRESIDENTE DA CÂMARA, disse o seguinte: “o deputado Lídio Lopes dá a tarefa como acabada, isto nem conta, em termos de contabilização de custo, foram quarenta e cinco mil euros, não custa nada. Este draft, é quase perguntar o que é que vocês querem, que conceito é que querem que a equipa trabalhe? Este trabalho foi adjudicado ao Gabinete do Dr. Paços Ferreira, tem como técnico o Dr. Carlos



Golfer, ex-secretário de estado das finanças do orçamento, salvo erro. E foi escolhido porque, de alguma forma, foi este grupo que fez a lei das empresas municipais. E, tratando-se isto de uma matéria extremamente delicada, no posto que também está a ser elaborado o livro branco das empresas municipais e, que o nosso passivo no conjunto das empresas são trinta milhões de euros e o conjunto de teias e ligações entre a Figueira Grande Turismo, a Quinta da Lágrimas, depois entre a própria Figueira Domus com a Paranova, a Agane, a Visabeira, é um rendilhado de problemas. Vai pôr equipas juristas a ver como é que, tecnicamente, se pode extinguir ou reformular algumas dessas empresas, ultrapassa a nossa capacidade técnica e, compreenderão, que ainda tenho alguma no domínio da percepção ou pelo menos do levantamento destes problemas e, posso-vos garantir, que é uma tarefa árdua e difícil. Portanto, esta adjudicação foi feita por quarenta e cinco mil euros com todos estes objectivos.-----

Para já, e aqui o tal draft é mais uma reflexão sobre as várias hipóteses possíveis e é essa que depois teremos que definir, embora isto seja um bocadinho como a pescada, na minha perspectiva, teremos que optar pela fusão do conjunto de empresas numa só, porque o passivo não pode ser transmitido, neste momento, para a câmara municipal, face ao plano de saneamento financeiro que temos neste momento em curso. E, porque, tornava de todo insustentável a gestão da própria autarquia. Parece que poderá ser essa a solução. Não é um documento compromissório, é um documento de trabalho e que estou convencido que vai encontrar amplo consenso nas várias forças, que compõem a câmara municipal.-----

os tais quarenta e cinco mil euros, não estão, nem de perto nem de longe absorvidos por este documento.-----

Em relação à ênfase do próprio, da Agenda 21 Local, confesso que hoje não estou propriamente nos meus dias, porque foi desde a manhã a ter de tratar um conjunto de problemas que às vezes acabam por nos desmotivar um pouco. Mas neste projecto acho que vale a pena estarmos todos entusiasmados, porque esta Agenda 21 Local, nem sequer é um documento político. Pode ser um documento político mas é um documento onde se pretende envolver a maior parte dos agentes e dos responsáveis e não é compromissório.-----

O Plano Director Municipal, esse sim já é um documento de características eminentemente políticas e, será uma derivação deste projecto da Agenda 21 e doutro conjunto de projectos.-----

MARINA RESENDE, disse o seguinte: "vou ler um texto sobre as obras do molhe



norte, (documento que constitui o anexo número um à presente acta).-----

MAFALDA AZENHA, interveio dizendo: “queria apenas deixar uma nota de parabéns ao executivo da câmara municipal por, esta semana, ter lançado o portal de emprego on-line. De facto era uma proposta, já feita por várias entidades de várias maneiras até inclusivamente ao anterior executivo, durante anteriores mandatos, que até agora nunca tinha sido colocada em prática e, de facto, é uma coisa simples, não tem custos e é de extrema utilidade para a Figueira da Foz, é mais um auxiliar de combate ao desemprego, quer jovem, quer não jovem. Porque, de facto, nós temos consciência que a nossa realidade, a realidade do concelho é uma grande taxa de desemprego tal como o País, mas no concelho verifica-se, porque existe falta de industria, falta de comércio e essa terá de ser uma atitude de contrariar essa situação, terá de ser uma atitude que tem sido deste executivo. Mas, de facto, abrir uma bolsa de emprego online, onde quem tem as ofertas como quem as procura, tem a facilidade de usar os dados e de, encontrar, muitas vezes, até ofertas e oportunidades que podem ficar perdidas, porque algumas existem, apesar da taxa de desemprego elevada. Este é um instrumento de grande utilidade, sobretudo neste momento de grande crise, para o concelho da Figueira da Foz e por isso o executivo está de parabéns.”-----

NELSON FERNANDES, disse o seguinte: “foi inaugurado o novo pavilhão no Hospital Distrital da Figueira da Foz, por nós, damos os parabéns ao Conselho de Administração que levou acabo esta obra, e esperamos e desejamos que melhor as condições de trabalho, correspondam melhores serviços, como é natural esperar da competência de quem trabalha e de quem dirige aquela instituição.”-----

Na altura, a Sr.^a Ministra respondeu sim à manutenção de oncologia, e respondeu que a urgência fica na mesma.-----

Correndo o risco de continuar a falar sozinho sobre este assunto, é para nós um facto que, a classificação de médico-cirúrgica de urgência de HDFF, não pode nem deve ser só concordo num despacho de um qualquer ministro, mas sim deve corresponder a um nível técnico e científico, assente em competências institucionais, de acordo com o estado da arte e com a uniformização de procedimentos, em uniformidade com as instituições de classificação semelhante. Neste momento, ao HDFF falta uma unidade de cuidados intensivos polivalente, no sentido de que os procedimentos técnicos estejam de acordo com os procedimentos exigidos a uma urgência médico-cirúrgica. Por isso, a Sr.^a Ministra, deveria responder, se sim ou se não financia esse serviço. Ao não responder a esta



questão, continua a urgência do HDFF a depender da boa ou da má vontade de um qualquer Ministro da saúde, o que não é justo para os utentes, para os trabalhadores e para o nosso concelho em geral.”-----

MANUEL DOMINGUES, interveio dizendo: “estando, em franco progresso, o desenvolvimento do centro escolar de Tavarede, penso que talvez o local não tenha sido o melhor, mas o centro escolar está a ser desenvolvido, era necessário. Não tenho a certeza que ainda não haverá qualquer estudo de circulação rodoviária para o local. Junto do centro escolar de Tavarede, passa uma via que não é citadina, mas que se praticam velocidades que não são as mais apropriadas para se praticarem, junto a uma futura escola e ao tipo de crianças que vão frequentar essa mesma escola. Por isso, gostava de ouvir o Sr. Presidente da Câmara, se há algum estudo ou algum projecto para que se faça, naquela zona, um controle da velocidade, uma efectiva zona de estacionamento dos veículos que vão aceder a essa mesma escola, e com abertura dessa mesma escola a rotunda do Limonete, junto ao E’Leclerc vai ter, uma pressão de tráfego tremenda. Penso que, a rotunda da Figueira, que mais pressão de tráfego tem, na altura em que abrirem a escola naquela zona, vai ser caótico. Penso que, atempadamente, deve-se fazer alguma coisa, fazer um estudo qualquer para o local, para fazer o controle da entrada na rotunda e controle de velocidade, junto da escola, porque vai ser problemático, centenas de crianças a frequentarem aquela escola, os pais a levarem as crianças e ser naquele tipo de via que, não se podendo, praticam velocidades que não são as mais correctas para o local.”-----

Também gostava de questionar a câmara municipal, que por vezes há certos artefactos na via publica, que deixam de estar em funcionamento, deixam de ter interesse para o local. Penso que a sinalização semafórica, junto à ex-universidade internacional, neste momento, já não fazem tanta falta como fizeram em tempos, só que me custa um pouco ver aquilo intermitente. Só que desligam-se os semáforos pura e simplesmente e não se controlou minimamente, outro tipo de sinalização para o local, para que as pessoas possam saber o que é andam ali a fazer. Todos os dias é uma confusão que ninguém sabe o que anda ali a fazer, aquilo é um cruzamento extremamente problemático. Pelo menos, colocar dois ou três sinais de cedência de passagem para as pessoas terem noção do que é que andam ali a fazer, as pessoas olham para o semáforo, ficam um pouco confusas, e depois chegam e avançam de qualquer maneira e dá-se os inevitáveis acidentes,



quase diariamente. E há outras situações nestas questões, as pinturas do Galo D'Ouro."-----

JOSÉ ELÍSIO, interveio dizendo: "comungo, inteiramente, das observações e das opiniões que foram expressas pela lavoense, da deputada Marina Gomes da Silva, no que diz respeito à quantidade de obras que foram feitas no concelho da Figueira da Foz por este Governo, é uma verdade indiscutível. Subscribo as considerações que ela fez, relativamente ao prolongamento do molho norte. Isto há sempre um mas, que é como quem diz "não há bela sem senão". Na altura, quando foram feitos os estudos de impacto ambiental para prolongamento do molho norte, li conclusões de técnicos que nos afirma da construção do molho norte, prolongamento do molhe norte resultarão prejuízos, com consequências previsíveis para as praias do sul do concelho. Nomeadamente em matéria de desassoreamento. E a verdade, é que o molho norte está feito, era necessário, era uma peça fundamental neste puzzle, que é o desenvolvimento ou que há-de ser o desenvolvimento sócio-económico do concelho."-----

Mas a verdade é que, relativamente à defesa das praias do sul, de São Pedro, da Costa de Lavos, da Praia da Leirosa, tudo está na mesma. Ou por outra, tudo está pior. E não se vislumbra que, a curto prazo, possam ser realizadas obras que possam aliviar, a que um dia destes aconteça algo de muito grave. A minha consciência está perfeitamente tranquila, porque desde há muitos anos que venham alertando, que é como quem diz, a pregar no deserto, acerca desta questão. Também não tenho dúvidas e reconheço e sei que a câmara também tem feito aquilo que pode. Mas a verdade é que as entidades responsáveis governamentais, nomeadamente a ARH, a CCDR, INAGUE, vão-nos dizendo que, está tudo bem, que há situações piores, que estão a ser feitos estudos, e eu, uma vez mais, aproveito para aqui fazer o apelo à câmara, à Assembleia Municipal, para que dentro daquilo que sejam as suas possibilidades, não queria dizer pressionem, mas utilizem a sua influência, junto de quem de direito, para que, atempadamente, possam ser tomadas medidas que evitem uma situação de desastre no futuro."-----

CARLOS SIMÃO, interveio dizendo: "tudo aquilo que o Sr. José Elísio aqui disse, comungo das preocupações. Isto são problemas levantados atempadamente em reuniões que houve nesta assembleia, por nós presidentes de junta, tanto de Lavos como de São Pedro, na altura, portanto no caso era o José Figueiras, presidente da junta de Lavos, que estávamos plenamente de acordo, que as obras de prolongamento do molhe, se fizessem para melhorar o porto da Figueira da Foz,



penso que isso era importante para todos nós. Mas ficámos um pouco apreensivos, em relação a tudo o que os técnicos estavam a dizer, porque era natural, com o prolongamento do molho, que viesse a haver uma erosão a sul mais acentuada, isso está a acontecer! Nós, todos os dias, pela parte que me cabe, tenho chamado a atenção para isso, o Sr. vereador do ambiente, o Sr. Presidente da Câmara, têm acompanhado esta situação e tudo aquilo que tem acontecido a sul do concelho, com alguma preocupação, e é de enaltecer todo o trabalho que têm feito e também de chamar a atenção para a ARH e para o INAGUE. Talvez possa ter alguma informação mais privilegiada, porque quase todos os dias contacto com alguns serviços do ARH, e aquilo que me disseram ainda a semana passada é que estava para breve uma intervenção nos porões a sul. Se assim for, óptimo, é uma excelente notícia para todos nós. Também queria, mais uma vez, mostrar a minha preocupação e que as pessoas estejam atentas para os problemas que existem a sul do concelho.”-----

VÍTOR MADALENO, interveio dizendo: “só queria-me pronunciar sobre um caso que foi aqui levantado, relativamente ao cruzamento do Galo D’Ouro, os semáforos, realmente, encontram-se neste momento desligados, são para ser reactivados, houve alguma indefinição sobre o que fazer aos semáforos naquela zona. No anterior executivo, era o Dr. Lídio Lopes que era responsável por essa zona e como não se podia fazer alterações ao projecto da variante ficou para ser resolvido à priori, o que se faria naquela zona para ordenamento de trânsito. Portanto, está a ser feito um estudo e chegou-se à conclusão que, realmente, não dá para implementar uma rotunda naquela zona, terá que se reactivar a semaferização, uns serão para retirar outros serão para manter, está para breve a resolução sobre isso. Por isso é que eles ainda se encontram desligados neste momento.”-----

MANUEL DOMINGUES, interveio dizendo: “no caso do Galo D’Ouro o meu problema não é os semáforos, são as pinturas.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA, disse o seguinte: “chegou-nos um voto de pesar pelo falecimento do funcionário José António Seixa Gaspar, proposto pelo Sr. Presidente da Câmara, o qual vou passar a ler, documento que constitui o anexo número dois à presente acta.”-----

Alguém quer fazer alguma intervenção? Não havendo coloco desde já à votação.”---

A Assembleia Municipal, deliberou por unanimidade, aprovar o voto de pesar pelo falecimento do funcionário José António Seixa Gaspar.-----



PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA, disse o seguinte: “chegámos ao fim, deste nosso período da ordem de trabalhos. Aquilo que a mesa depreendeu e, irá fazer, é que até ao dia 15 de Março, segundo entendemos, iremos convocar a Comissão Permanente, para decidir como forma, métodos de constituição da tal comissão de acompanhamento aqui sugerida nesta assembleia. Portanto penso que será no âmbito da reunião de líderes parlamentares, que iremos proceder tal qual como foi aqui sugerido e pelos vistos parece que previamente todos estavam de acordo. Não me vou comprometer, porque datas são extremamente importantes e, até lá, teremos, com certeza. Aquilo que pedia, desde já, é que os senhores deputados se entendessem e propusessem formas de funcionamento e de constituição dessa comissão de acompanhamento ao Plano Director Municipal.”-----

B - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

4 - APRECIÇÃO DE INFORMAÇÃO

4.1 - INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA E APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA SOBRE A ACTIVIDADE MUNICIPAL

PRESIDENTE DA CÂMARA, disse o seguinte: “ponho-me à disposição da Assembleia, não me parece que haja algum ponto em especial, que mereça a minha particular atenção. Acho que as questões essenciais já foram analisadas, no período antes da ordem do dia, contudo também esclarecerei aquilo que considerarem oportuno.”-

ANTÓNIO PEDROSA, disse o seguinte: “gostava de apreciar alguns assuntos que são abordados nesta informação escrita, bem como no relatório financeiro que nos foi disponibilizado de Janeiro a Novembro de 2010, relativamente à informação escrita. Gostava de questionar o executivo, nomeadamente o Sr. Presidente da Câmara, vem no seguimento daquilo que já disse no período antes da ordem do dia mas, como à pouco referi, estamos a chegar ao momento de tomar decisões e gostaria que o Sr. Presidente da Câmara se pudesse ou se tiver já essa decisão pensada, que esclareça, até para adequar o nível de expectativas dos figueirenses, que esclareçam que quer dizer, na terceira página, sobre a questão do terreno da Mata Nacional da zona de Lavos que, supostamente, estaria destinada à construção de um aeródromo. Um projecto que se arrasta pelo menos na ultima década, foi quando foi várias vezes vendido, como sendo qualquer coisa que iria acontecer na Figueira da Foz, até aviões de passageiros de porte já superior a um ultraleve, poderiam aterrar na Figueira da Foz. Uma vez que, o município despendeu dinheiro para, e tem sido gasto ou melhor enterrado dinheiro naquele local, saber se o Sr. Presidente da Câmara ou se este executivo,



definitivamente vai abandonar o projecto do aeródromo municipal da Figueira da Foz.-----

Gostaria também, que na próxima Assembleia Municipal pudesse aparecer qualquer coisa sobre o Convento de Seiça, tive a oportunidade de visitar, ainda ontem, integrado numa deslocação do Movimento Figueira 100%, e nunca é demais alertar para o estado a que chegou aquele edifício e aquele património.-----

Gostava de associar a palavra do Movimento Figueira 100%, à palavra do vereador Miguel de Almeida, que bem, nos últimos tempos, tem insistentemente trazido esse assunto para cima da mesa, e dizer-lhe que não quero ficar com a responsabilidade da geração seguinte e acusar, a mim em particularmente, porque sou autarca, de nunca ter feito um pedido quase de clemência para que tratem daquele património. Mantenham a ruína, dêem-lhe dignidade, dêem-lhe estabilidade, não façam mais nada, mas dêem-lhe pelo menos dignidade que ele merece. Na próxima informação escrita sobre a actividade municipal, gostaria de ver as deliberações tomadas na câmara municipal, um parágrafo que mostre uma atitude energética da câmara municipal. Aquilo não é um investimento de muitos milhões. Fazer qualquer coisa naquele património é algo que vai ficar como um gene do seu mandato. Aproveite esta oportunidade, se quiser ficar ligado à preservação do património no nosso concelho.-----

Para terminar, da análise muito breve e superficial que me foi permitida fazer ao relatório de execução financeira, alertar esta assembleia e este executivo, os figueirenses e todos os fregueses das dezoito freguesias que, efectivamente, em 2010, não tendo ainda a informação de Dezembro disponível, mas vamos ter mais uma taxa de execução sofrível, ao exemplo daquilo que acontece, todos os anos, no que diz respeito ao valor orçamentado. Não é a primeira, não há-de ser a ultima, que o Movimento Figueira 100%, alerta para aquilo que se inscreve nos orçamentos, porque depois chegamos ao fim do ano, por muito bom esforço, boa disponibilidade e vontade e empenho, por parte de qualquer executivo, temos taxas de execução que não dão, na minha opinião, nenhuma credibilidade àquilo que andamos a fazer nas contas municipais. Vimos, mais uma vez, que as receitas de capital andam nos 10%, 12%, isto é uma lapa alissada, como se costuma dizer, todos os anos isto acontece, mas porque o POCAL obriga. Continua-se a insistir neste erro. Isto é gerar expectativas às pessoas que não são concretizadas.-----

E depois, se fizermos uma leitura diagonal dos dois principais quadros que nos são apresentados, nomeadamente a estrutura e evolução da receita e da despesa.



No que diz respeito à receita, nós também sempre defendemos esta posição, o ano de 2009 não conta para nós, foi um ano atípico, foi um ano de eleições, mas a verdade é que a receita em relação a 2008 está a reduzir. Está a reduzir e irá reduzir, provavelmente, mais em 2011, aproveitamos, novamente, para alterar que aquando da apresentação do orçamento rectificativo para 2011, sejam olhados para estes números, sejam apreciados de uma forma ponderada, alerta para a questão do IMT reduzir substancialmente, menos de um milhão de euros, pelo menos aquilo que nos é apresentado a Novembro. E alerta para outro pormenor que é a Derrama, podemos ter uma agradável ou uma desagradável surpresa, tendo em consideração uma recente decisão, que foi tomada por um tribunal, no que diz respeito ao apuramento e pagamento da Derrama em sede de colecta. Vamos ver, senão temos aqui uma surpresa e se a câmara municipal ou as câmaras municipais não sabemos se aquilo vai fazer jurisprudência, não terão que devolver, aos grupos e empresas que actuam no nosso concelho.-----

Relativamente ao quadro da despesa, aquilo que nos apraz dizer é que os níveis de despesa, apesar de todo o esforço, pelo menos a Novembro de 2010 mantêm-se ao mesmo nível de 2008. É verdade que diminui em relação a 2009, mas já falamos sobre qual é o nosso entendimento em relação a 2009. Inclusivamente, há um valor que é a aquisição de serviços aumentar, o que gera alguma preocupação, que é na aquisição de serviços e na aquisição dos bens, em que deve ser feito um esforço de contenção, porque na despesa com pessoal ela está lá, vai continuar lá, vai continuar a ser igual ou superior, portanto este executivo não terá grande possibilidade. Há também aqui um aumento nos subsídios em relação a 2008, questiono se isto não terá a ver com as empresas municipais, provavelmente serão responsabilidades assumidas, mas parece-me que este valor também deve ser algo preocupante. E há, por outro lado, uma redução das transferências e como o Movimento Figueira 100% sempre defendeu os senhores presidentes de junta, devem estar aí com os calos muito apertados. Imagino a dificuldade que estão a ter, na gestão de tesouraria do vosso dia-a-dia. Inclusivamente dizer-lhe, Sr. Presidente, que há freguesias que começam a ter dificuldades no concelho da Figueira da Foz, em pagar aos seus funcionários. Não vejo agora o PS preocupado com esta situação, porque quando estive em causa a aprovação do plano de saneamento financeiro “à que del rei” que não vamos conseguir pagar os salários dos funcionários da câmara. E agora temos freguesias e recentemente basta estar atento à comunicação social, que admitem e assumem que manter o nível de despesa



com o pessoal. Sr. Presidente da Câmara eu sei que é difícil, quando se tapa a cabeça, destapam-se os pés, a manta é curta, mas estes são os comentários que nos apraz neste momento fazer, esperando que Dezembro possa ter trazido qualquer coisa diferente e nenhuma surpresa desagradável.”-----

LÍDIO LOPES, interveio dizendo: “só duas notas, a primeira tem a ver com o que foi já dito pelo deputado António Pedrosa, tem a ver com este ponto, que refere a questão do aeródromo e para lembrar o deputado António Pedrosa que aquela dos aviões de passageiros muito grandes que aterravam, era para um aeroporto maior do que o de, e esse era no mandato do PS, antes do PSD ganhar as eleições. Quando o PSD chegou, tentou uma coisa mais pequena, de mil e quatrocentos metros, só para voos domésticos e mesmo assim, conseguiu-se no ano de 2001, mesmo ali a arrasar o terminus de mandato do Dr. Pedro Santana Lopes, sim a certificação para a operação, para que a pista se pudesse construir, era o documento fundamental na altura, para que se pudesse construir. Contrariedades, houve a seguir, com o terreno propriamente dito e que culminou com a aquisição do terreno como é dito aqui por parte da câmara, por cerca de duzentos e cinquenta mil euros. Toda a área de terreno necessária para a construção do aeródromo. E depois houve a contrariedade da inexistência de verba suficiente pela câmara, para levar o projecto do aeródromo por diante, o que se estava na altura a fazer era a conversão daquele documento de venda do terreno à câmara, por forma a que a câmara, à imagem do que aconteceu no crematório, pudesse concessionar o projecto de concepção, construção e exploração da pista e havia um interessado na altura. E na altura, o que houve foi um enorme engulho e entrave por parte da direcção geral de património, que não quis fazê-lo. Não sei se seria uma boa solução perseguir essa a da tentativa, porque havia interessados na concepção, construção e exploração por um privado do aeródromo, neste caso na Figueira da Foz.”-----

Mas ele está aqui e o problema agora vai converter aquilo que é um objectivo directo da venda do terreno, para a construção específica da construção de uma aeródromo com a reversão do terreno e a possibilidade de ele não permitir outro tipo de construção, pela área que está implantado no Plano Director Municipal. Essa é uma questão que ao Sr. Presidente da Câmara incumbe, só agora, e aqui penso que isto significa o fecho de um projecto que continuo a achar que era importante para a Figueira da Foz.”-----

A outra nota, tem a ver com a listagem que nos é enviada, de processos em



tribunal, e posso estar a ler errado, mas se estiver o Sr. Presidente da Câmara vai-me corrigir de certeza, numa terra onde existem das maiores percentagens de advogados por habitante, pode-se quase dizer isto, a câmara tem 262 processos em tribunal, 122 deles é referido qualquer coisa como dado o tempo decorrido o processo não se mantém em curso, óbito do Dr. David. Em 122 processos está assim, ou seja parece-me que está pendurado, explicar-me-á o que é que quer dizer isto, porque alguns deles parece-me que estão em prazo. Destes 262, 125 deles estão com o advogado André Rocha e 122 permanecem neste mandatário David Gonçalves, como todos sabemos, foi um excelente advogado, que prestou serviço nesta casa, que já faleceu.-----

Ou seja 46% com o David, 47% com o Dr. André Rocha, são 94,26% dos processos dos 262 processos da câmara, que estão com uma pessoa, porque o Dr. David faleceu.-- E a pergunta é, dados estes novos tempos de conflitualidade e de recurso aos tribunais e dada a enorme oferta de mercado que existe na Figueira da Foz, não seria, se calhar, melhor a câmara, não digo o tipo de plataforma da aquisição de serviços, mas pulverizar um pouco mais pelos advogados da Figueira da Foz, no sentido de conseguir obter, com rapidez, a solução para alguns destes processos, em que muitos deles, ao que me parece, a dificuldade tem a ver com a não presença de uma pessoa, de forma determinada na solução do processo. Vejo 262 processos, acho que era possível, como até já tive este problema para resolver, e também tive esta contrariedade, mas como agora já não tenho, permite-me ter esta liberdade de ter esta opinião. E por isso, não seria bom encontrar mais disponibilidade de outros mandatários para rapidamente solucionarem alguns deles que até de alguma forma viriam em benefício da câmara municipal."-----

PRESIDENTE DA CÂMARA, disse o seguinte: "em relação à questão do aeródromo, estamos a estudar uma solução e, aqui digo, estamos a estudar, e com toda a transparência o comunico, uma solução alternativa ao aeródromo e que passará pela compactação do espaço e do património adquirido, por forma a dar continuidade ao parque industrial, mas isto é um projecto, que depois tem de ser aprovado em reunião de câmara e não sei se até não terá que vir à Assembleia Municipal. Mas para já, estamos junto da Direcção Geral de Património, ver se tal solução é possível e se for possível julgo que é muito mais rentável, porque neste momento o aeródromo, na minha perspectiva, não é um projecto que possa ser, indefensável é, mas exequível não é, seguramente.----- Para além de que, a agencia nacional de aeronáutica, não dá parecer favorável e



se calhar não vale a pena estar a insistir no projecto.-----
Em relação à questão do Convento de Seiça, como tem sido sistematicamente definido, nós neste momento não temos nenhuma capacidade de investimento para além daquilo que possa ser obtido através de uma linha de financiamento. Portanto, vamos procurar obter algum apoio, que nos permita fazer uma intervenção, ainda que mínima naquele espaço. Os encontros nacionais de património que vamos levar a cabo, será uma boa altura para se fazer uma reflexão sobre o Convento de Seiça.-----

A manter-se alguns contactos com a ordem, mas enfim não espero que daí venha uma solução definitiva.-----

Em relação à gestão de processos, nós sentimos bastante satisfeitos e, felizmente, ainda não tivemos que recorrer a nenhum gabinete de advogados, para além da questão da reestruturação das empresas municipais, embora estão aí autênticos barris de pólvora para explodir, em situações que tentamos evitar a todo o custo, que vão para um processo contencioso porque, a nossa politica, irá sempre optar pela preservação do interesse publico e não quereria deixar problemas para resolver para o futuro.-----

Se estamos em situações delicadas, num processo de pré-negociação e, com o objectivo de evitar o contencioso.-----

O Dr. André Rocha, tem feito um trabalho notável e a sugestão que me faz, de pulverização ou de mais contratualização, para já barra logo com o impedimento de falta de verba. Nós estamos numa fase, de quase não poder garantir o essencial em termos de liquidez. Muitas das questões têm sido evitadas, a divisão jurídica tem feito o que pode, não basta ter quarenta ou vinte juristas, é preciso ter juristas de qualidade, altamente especializados. O exercício autárquico de hoje é, extremamente exigente, as instâncias de controle obrigam a um esforço acrescido e de rigor da parte do executivo e dos funcionários. Também essa tradição, tem que ser pouco a pouco incutida, por outro lado, enquanto o Dr. André Rocha for capaz de dar resposta e, ele tem dado respostas notáveis, julgo que não é necessário estar a contratualizar mais ninguém. Para além destes problemas que já referi, porque são matérias muito delicadas, mas que devem ser abordadas de uma forma discreta e não é propriamente um serviço que se possa disponibilizar abertamente.”-----

LÍDIO LOPES, disse o seguinte: “Sr. Presidente, não tinha esta minha opinião nada a ver com o serviço prestado à câmara pelo Dr. André Rocha. Tinha a ver com



o número de processos que ele tem e o número de processos que ele em princípio terá. Porque, todos os do Dr. David Gonçalves, passam também para ele. É só esta questão. E o Dr. André Rocha não é quadro do município, porque se o fosse não poderia ir à barra, é um contratado e é a questão da igualdade de oportunidades. E quanto à questão da descrição, tenho a certeza que o Sr. Presidente, naquilo que são as suas funções anteriores, tem a maior confiança em todos os advogados desta praça, naquilo que é a defesa do seu cliente.”-----

LUÍS CASTRO, interveio dizendo: “relativamente à questão dos processos pendentes em tribunal, parece-me essencial dizer o seguinte: é uma matéria, de certa forma, ingrata para mim, uma vez que exerço a função de advogado e era de salutar que, de facto, isso acontecesse e reconheço as dificuldades que existem nesse sector. No entanto, a qualidade que aqui me trás é a qualidade de deputado municipal e, os interesses a defender, são sempre em primeira instância, os interesses deste município e desta câmara municipal. Reconhece, V. Exa. que há aqui um ultimo e importante detalhe, que é aquele que o Dr. André Rocha presta serviços na qualidade de avençado e, é só uma, aquela a verba, que se lhe destina ao trabalho que faz. Se V. Exa. pulverizar, como irá pagar através de avença, fala através de avença V. Exa. ou fala através de trabalho à peça? É que se estamos num cenário de contenção de custos, que um único só avençado, fazendo o trabalho que se lhe destina, é o que interessa a este município. E se o faz, como disse o Sr. Presidente, de forma notável, parece-me que de pouco ou nada haverá a discutir sobre esta matéria. No entanto se V. Exa., quando estava no executivo, pensava sobre estas questões com essa ligeireza e possivelmente até as punha em prática, nós depreendemos e percebemos facilmente como é que chegámos a esta situação calamitosa da câmara municipal. Em contenção de custos a única coisa que está em discussão é quem está presta um bom serviço? Não presta um bom serviço? Presta um serviço com razoável qualidade e com um preço aceitável ou não presta? Se V. Exa. disser, confiar este serviço a mais um advogado, partirá a opção do próprio executivo. De outra forma, o que V. Exa. Diz, não terá sobre o prisma da contenção de custos, que é aquele que deve ter mais premência no nosso município, não terá qualquer significado.”-----

LÍDIO LOPES, disse o seguinte: “diria que V. Exa., se equipara ao escorpião, porque não resiste. Esteve ai paradinho. O escorpião, pediu boleia à rã para atravessar o rio para o lado de lá, e ele disse não, mas tu picas-me, morremos os dois. Não, juro que não te pico, vamos os dois para o lado de lá. E chegou a



meio do rio e ele picou e a rã disse agora vamos morrer os dois, e ele disse é da minha natureza. E a sua natureza é, que não resiste, o Sr. tem de vir sempre com aquela coisa da calamitosa. É calamitosa, mas pelo aquilo que o Sr. tem suportado, a nossa noção é que acha que está bem assim. E devo-lhe dizer uma coisa, tudo o que foi dito pelo Sr. Presidente da Câmara, compreendo, respeito, posso entender que numa determinada medida, poder-se-ia fazer de outra forma, é fácil ao Sr., que bem se relaciona com o poder, de perceber o que é que foi feito ou o que é que não foi feito, na área da divisão jurídica nos últimos quatro anos e depois dirá, se houve ou não decisões que contribuíram, de forma calamitosa para o estado, como o Sr. diz, mas que está na mesma a situação calamitosa da câmara municipal. Eu não vou agora explicar porque o Sr. presidente quer andar com a assembleia, acho que as outras pessoas não têm culpa."-----

5 - APRECIACÃO DAS SEGUINTE PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL:

5.1 - CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA ENTRE A ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO CENTRO, IP E O MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ - UNIDADE DE SAÚDE DAS ALHADAS

Foi presente o processo mencionado em epígrafe, o qual foi aprovado em reunião de câmara de 2 de Novembro de 2010.-----

MARIA DOS PRAZERES, disse o seguinte: "vou ler um pequeno texto sobre a construção da Unidade de Saúde de Alhadas, (documento que constitui o anexo número três à presente acta)."-----

NELSON FERNANDES, interveio dizendo: "ouvi com muita atenção a intervenção anterior e gostei do que ouvi. Há um problema sério, a prática do Ministério da Saúde nos últimos tempos tem sido uma coisa tão esquisita que ninguém sabe o que é que vai acontecer. Há por aí todo um conjunto de instituições de saúde acabadinhas de construir e que continuam encerradas há anos, há espera que alguém as ocupe e que resolva o problema. E a ideia que tenho, relativamente a esta questão, é que as coisas não vão melhorar! Vale a pena dizer que não me vou opor a este protocolo, pelo contrário, vou votar favoravelmente.-----

Agora há uma questão que penso que a câmara tem que pôr, que é uma clausula de reversão. E a clausula de reversão seria, na clausula 4ª, na propriedade dos imóveis, acautelar que o imóvel regressa-se há propriedade do município em caso de não lhe ser dada a utilização devida, em função deste protocolo.-----

De facto, esta câmara tem vindo a sofrer algumas consequências, relativamente à



falta de cuidados na elaboração destes protocolos. Tanto destes como dos outros e, quero lembrar o protocolo, relativamente à Universidade Católica, em que permitiu que a Universidade Católica, ficasse de borla com uma parcela importantíssima de terreno desta casa, para construir um campus universitário, e depois meteu o terreno ao bolso e foi-se embora.-----

Amanhã, se o Ministério da Saúde não construir esta unidade, aquilo que diz na clausula 4, é que aquilo é propriedade da unidade de saúde regional do centro e do Ministério. Penso que a câmara devia ter uma clausula de reversão. Poderia ser, por exemplo, no caso que a função deixe de ser aquela que diz respeito a este protocolo, a propriedade do imóvel deve passar à posse da câmara municipal da Figueira da Foz."-----

ANTÓNIO PEDROSA, interveio dizendo: "a bancada do Movimento Figueira 100% vê a proposta do Sr. deputado Nelson Fernandes com bons olhos. Acho que tendo em conta o que tem vindo a acontecer e as experiencias passadas, "canja e caldos de galinha nunca fizeram mal a quem os toma", não sei se seria interessante contemplar esta situação."-----

LÍDIO LOPES, disse o seguinte: "nós também concordamos com a introdução de uma clausula desta natureza, que é cautelar para o futuro em relação ao espaço municipal."-----

JOSÉ ELÍSIO, interveio dizendo: "congratulo-me com esta iniciativa e votarei a favor. Tanto mais, que esta já é uma reivindicação antiquíssima da freguesia das Alhadas. Concordo com a introdução desta alteração, proposta pelo nosso companheiro Nelson Fernandes, e gostaria, só a titulo de curiosidade, para que conste no caso da Unidade de Saúde de Lavos, a Freguesia de Lavos contribuiu com cerca de 25% do valor da obra, mais ou menos, cento e cinquenta mil euros."-----

NUNO BISCAIA, disse o seguinte: "face à chamada de atenção do Sr. deputado Nelson Fernandes, entendo que a cláusula segunda, se o Sr. deputado ler bem, as alíneas respeitantes dizem assim: "a câmara deverá proceder à alienação gratuita (doação) dos terrenos, verificando-se a recepção definitiva da empreitada", ou seja, quando a unidade de saúde estiver construída é que efectivamente se poderá efectivar, segundo este protocolo, a doação. A câmara, além disso, apenas terá que fazer levantamentos topográficos e o estudo geotécnico, elaborar o projecto de execução, ou seja toda a construção do imóvel, segundo depreendo deste protocolo, ficará da ARS Centro, certo? Penso que não estou a cometer nenhum erro, não sei até que ponto será fácil colocar uma clausula de reversão sobre um



imóvel que não foi construído pela câmara municipal, nem é da câmara municipal. O que é da câmara municipal, será só os terrenos que serão doados quando estiver feita a obra, é só essa a minha chamada de atenção.”-----

PRESIDENTE DA CÂMARA, interveio dizendo: “acho que o deputado Nuno Biscaia tocou em dois aspectos essenciais. Por outro lado este protocolo já foi assinado nos limites, porque o próprio Ministério da Saúde tem outras prioridades e, se nós agora vamos reformular o protocolo, vamos abrir uma “caixa de Pandora”. Em Lavos, salvaguardamos, porque a obra é nossa e os terrenos são da Junta. Aqui, acho que esta garantia, verificando-se a recepção definitiva da empreitada, acautela em termos suficientes. De outra forma, embora reconheça, que se pudesse fazer constar essa reserva, temo este protocolo, salvo erro, demorou três ou quatro meses a ir e a vir com todas as dúvidas que foram suscitadas. Não aceitar agora e abri-lo, temo que possa ter consequências preocupantes. Os terrenos que ali estão, estão confinados àquele objectivo.”-----

NELSON FERNANDES, disse o seguinte: “não percebo, é que o segundo outorgante, que é a câmara, vai proceder à alienação gratuita, à doação dos terrenos, vai proceder aos levantamentos topográficos, vai contratar o estudo geotécnico, vai elaborar o projecto de execução, de acordo com o programa funcional aprovado, vai fazer todas as infra-estruturas necessárias, bem como os acessos pavimentados, vai concorrer com esta obra ao QREN. E depois, se amanhã, não se puser lá um médico, se amanhã aquilo ficar fechado, não tem ponta por onde se lhe pegue, nem tem possibilidade nenhuma de fazer nada. Fica de mãos atadas, porque não tem nenhuma clausula que lhe permite intervir relativamente a isto. É absurdo, o Sr. presidente disse e pôs o dedo na ferida, o Ministério tem outras prioridades. Em Montim de Basto, o centro de saúde novinho em folha, está há dois anos à espera que ponha lá alguém. Já se está a estragar.”-----

Nós temos que ressaltar essa hipótese, a câmara depois pode utilizar aquilo para outra coisa, se entretanto o edifício vier. Agora ficar sem tudo, sabendo nós o que se está a passar, isto só mostra que, de facto, se o Ministério não aceitar uma coisa destas é porque não há boa fé! O que a mim não me espanta.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA, disse o seguinte: “se me permitem, não sou jurista, de leis percebo muito pouco, felizmente também sou pouco utilizador e utente, parece-me que o que está aqui em causa e, aquilo que nos foi pedido, era para aprovar este protocolo que nos foi proposto com este texto, está a ser submetido à consideração da Assembleia Municipal. Portanto a Assembleia Municipal só tem



duas vias, ou aprova ou reprova. Se ele reprova tem que, ainda que teça todas as considerações possíveis, terá que ser a câmara a renegociar novo protocolo. Não me parece que nós possamos aprovar outra coisa, julgo eu.”-----

PRESIDENTE DA CÂMARA, interveio dizendo: “volto a insistir, que isto foi uma candidatura um pouco complicada e nós, embora isto não seja propriamente da nossa área, quisemos dar este contributo para facilitar a construção deste centro de saúde. Como já referi, depois corrigindo um pouco o que disse o Sr. deputado Nelson Fernandes, a candidatura não é nossa. A candidatura e os custos vão ser suportados pela ARS. Temo, e volto a insistir, que a correcção deste protocolo possa ter consequências nefastas, o que não nos impede de negociar uma adenda. Se calcularmos acharem, nós estamos a falar de terrenos que poderão valer quinhentos, mil euros no máximo. Quer dizer são zonas envolventes, que já estão agarradas ao edificado. Nem sei se valerá tanto, julgo que é maior o risco numa ponderação de interesses, o que é maior o risco de corrigir este protocolo até pelo que isto vai demorar, há experiencia do passado, ir ao secretário de Estado, vir e não vir, somos capazes de perder aqui seis ou sete meses, senão mais tempo. O que não impede que possamos negociar, por recomendação desta assembleia, uma adenda a este protocolo. E é isto que ponho à consideração da assembleia.”-----

MARIA DOS PRAZERES, disse o seguinte: “onde estas instalações vão ser feitas é onde está a funcionar a unidade de cuidados personalizados, o que quer dizer que é a partir das Alhadas que são geridas as extensões todas do norte. Aliás, já acontece isso. Não é provável que uma sede, que é sediada na zona norte, é coordenada por ali. Uma sede em principio não irá fechar. Poderão fechar algumas extensões que estão nos arredores. Agora, as Alhadas em principio não. Sendo construído de raiz e sendo gerido lá a zona norte, não vejo essa hipótese, porque as outras unidades que há ali pelos arredores estão todas mais pequenas, excepto Santana e Ferreira, porque de resto são todas extensões pequenas e degradadas.”-----

LÍDIO LOPES, disse o seguinte: “sou sensível à proposta feita pelo Sr. Presidente da Câmara e por isso penso que nós somos sensíveis à possibilidade de se criar uma adenda, é perfeitamente perceptível, a dificuldade que é encontrar o denominador comum, e depois de o ter encontrado. Ir lá com mais uma alteração, em função do objecto, penso que justifica a adenda e também era importante. De qualquer forma, tenho a convicção que nós poderíamos alterar o documento. Só



alguns documentos é que não podemos alterar, o orçamento, as contas de gerência e mais uns quantos. Poderíamos fazer uma proposta de alteração e fazer a alteração final aqui.-----

Não é o caso, penso que se justifica a proposta do Sr. Presidente da Câmara, subscreve-se, no fundo, a vontade da assembleia, de incluirmos uma adenda. A adenda fica como adenda. E deixamos o protocolo correr os seus tramites e, a tentativa, depois da negociação da adenda.”-----

NELSON FERNANDES, disse o seguinte: “tenho a ideia que em função do regulamento e, por isso, disse aqui, desde o início, que ia votar favoravelmente, é que nós, sobre estes documentos, se calhar podemos fazer uma recomendação à câmara e é nesse sentido que penso que seria importante fazer essa recomendação. Daqui em diante a câmara assume as suas responsabilidades em relação a este processo. Portanto, por nós, este assunto fica encerrado e votaremos a favor, não vale a pena estarmos a fazer grandes alaridos à volta disto.”-----

ANTÓNIO PEDROSA, interveio dizendo: “concordamos perfeitamente, o Movimento Figueira 100% irá votar favoravelmente, agora acho que seria interessante ficarmos com o registo desta sugestão, pode funcionar como uma adenda, na tentativa do executivo tentar fazer uma recomendação, para que o Sr. presidente e o executivo, tentem, junto das instituições, garantir este aspecto que foi aqui salvaguardado.”-----

PRESIDENTE DA CÂMARA, disse o seguinte: “na Costa de Lavos tivemos essas preocupações, porque a reversão é possível. Aqui é a implantação de uma obra de maior impacto, sobre um terreno que, perante a obra se minimiza, não é? Nós costumamos falar tecnicamente, em cessão imobiliária, portanto o que nós podemos aqui discutir, porque se eles construírem sobre a nossa parcela cumprem o que está acordado, colocarão as infra-estruturas. Obviamente que, depois não podemos obrigar a tirar as infra-estruturas, para cuidarmos da parcela, podemos encontrar aqui que será aproximado do valor da propriedade, isto não seja impedimento para a negociação. São negociações muito difíceis, era preciso dar bastante, ser sedutor para este projecto se fazer, não é? E qualquer impedimento, qualquer acréscimo, na altura, poderia perturbar. Mas, se estiverem de acordo, tomaremos neste sentido. A adenda será negociada.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA, disse o seguinte: “penso que a discussão está clara. Passávamos portanto à votação.”-----

A Assembleia Municipal, deliberou por unanimidade, aprovar a celebração do



Contrato-programa entre a Administração Regional de Saúde do Centro, IP e o Município da Figueira da Foz, tendo como objecto a cooperação técnica e financeira entre os outorgantes para a construção e equipamento da Unidade de Saúde das Alhadas.-----

5.2 - RECTIFICAÇÃO DO ART.º 12.º DO REGULAMENTO DO PLANO DE PORMENOR DO BAIRRO NOVO

Foi presente o processo mencionado em epígrafe, o qual foi aprovado em reunião de câmara de 4 de Janeiro de 2011.-----

ANTÓNIO PEDROSA, disse o seguinte: “relativamente ao plano de pormenor e esta rectificação que está a ser feita, não tenho qualquer comentário, parece-me bastante razoável e já que esta alteração prevê projectos de qualidade, acho que era interessante dar qualidade ao Plano de Pormenor.”-----

Nós sabemos que, o cadastro que está associado a este plano, está em informação desactualizada, o plano foi feito com uma base cartográfica que induziu em erro o cálculo das áreas de cada lote. Como não foi feito, posteriormente, a sua verificação, esta informação pode provocar problemas, na ordem da apreciação e induzir, inclusivamente, a qualidade da informação. Está desajustada e, já que estamos a mexer, em jeito de recomendação, o Movimento Figueira 100%, recomendaria a este executivo que, assim que possível, ou retirem essa informação dos cadastros, a informação das áreas de cada lote ou corrigem-na, porque como está não está bem e seguramente não vai dar qualidade ao plano de pormenor, foi assim que foi feito. A responsabilidade não é sua, estou-lhe só a empistar uma solução que acho que pode ajudar, a que seja bem implementado.”----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA, disse o seguinte: “não havendo mais intervenções, coloco o ponto à votação.”-----

A Assembleia Municipal, deliberou por unanimidade, nos termos do n.º 1 do art.º 79.º do Decreto-Lei n.º 46/2009 de 20 de Fevereiro, aprovar a rectificação do art.º 12.º do Regulamento do Plano de Pormenor do Bairro Novo da Figueira da Foz.-----

5.3 - DECRETO-LEI N.º 111/2010, DE 15 DE OUTUBRO - DECISÃO DE RESTRIÇÃO OU ALARGAMENTO DOS PERÍODOS DE ABERTURA DOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS, NOS TERMOS DO SEU ART.º 3.º E ALTERAÇÃO À REDACÇÃO DOS ART.ºS 6.º, 7.º E 11.º DO REGULAMENTO DE ABERTURA E ENCERRAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DE VENDA AO PÚBLICO E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA



FOZ

Foi presente o processo mencionado em epígrafe, o qual foi aprovado em reunião de câmara de 18 de Janeiro de 2011.-----

ANTÓNIO PEDROSA, interveio dizendo: “este assunto, dá origem a esse tipo de votação, é realmente um assunto que gerou alguma discussão, dentro da sociedade figueirense, sei que este executivo fez bastantes consultas, e, de uma forma geral, nós e esta bancada, concorda com o alargamento deste horário. Primeiro, até porque neste caso concreto, as lojas do comércio tradicional não competem directamente com estas superfícies. As lojas que estão nestas superfícies sempre estiveram abertas. O que está aqui em causa, é o funcionamento do supermercado, da grande superfície e é natural que isto gere alguma insegurança nestas votações. Todos nós temos um amigo ou um familiar que tem o seu negócio no comércio tradicional, isto pode ser visto como mais uma machadada no comércio tradicional, nós não entendemos assim. Entendemos, que isto pode ser também uma oportunidade para o comércio tradicional se modernizar, apostar em produtos inovadores e tentar, sabemos que desigualmente, até porque o próprio contrato colectivo de trabalho de comércio e restauração não favorece, mas tentar contrariar esta tendência da sociedade, em procurar estes espaços nestes horários. Portanto a nossa bancada irá votar favoravelmente, considerando que há, um particular interesse para a sociedade figueirense neste processo.”-----

NUNO BISCAIA, interveio dizendo: “nós, bancada do PS eu próprio, de certa maneira, corroboram aqui a posição tomada pelo Sr. deputado António Pedrosa, em nome dos 100%. De facto, também consideramos que a aprovação desta medida não é uma machadada como ele disse e bem, no comércio tradicional, mas é sim um incentivo para que, esse próprio comércio tradicional também se modernize, neste horário alargado, e assim consiga também atrair clientela.-----

De qualquer forma, não queríamos deixar de vincar a posição, já assumida publicamente pelo PS, no sentido desta medida ser acompanhada, se bem que sem causa/efeito, mas ser acompanhada de uma maior atenção para com o comércio tradicional, nomeadamente aquela medida de pagamento das 18h às 20h, durante os dias da semana e aos sábados de manhã, penso que seria uma primeira tentativa de chamar clientes, pessoas a frequentarem o comércio tradicional, nomeadamente na zona baixa da cidade.”-----

LÍDIO LOPES, interveio dizendo: “nós vamos votar favoravelmente, não se depreende a nossa intenção, qualquer posição futura, contra o pequeno



comércio/grande superfície. É uma manifestação de vontade, com exclusiva relação naquilo que são os interesses dos consumidores nacionais, e a garantia da sua liberdade de escolha, naquilo que tem a ver com a aquisição de produtos para sua casa e para onde e quando o quiserem fazer, livremente sem quaisquer limitações de horário. E portanto, achamos positiva, a transferência dessa competência de decisão para os municípios, é quem mais próximo está e mais facilmente pode acautelar aquilo que é a vida do quotidiano do concelho e, não ser, uma norma nacional. E vamos então votar favoravelmente, porque entendemos até ser uma medida positiva para o pequeno comércio. Acho que, de todas as informações juntas ao processo, quase que subscreve por inteiro a nossa posição, é exactamente a da Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor, de forma muito sintética, diz tudo isto que sentimos e afirma tudo isto que queremos hoje também votar, ou seja vamos votar favoravelmente.”-----

NELSON FERNANDES, disse o seguinte: “nós não compreendemos muito bem esta medida, há todo um conjunto, de excepções, nomeadamente excepções sazonais, que permitem este horário às grandes superfícies e consideramos que, de facto, a utilização dos poucos períodos, em que as grandes superfícies não estão abertas, isto é claramente um abuso e tem outras funções que não têm a ver exactamente com o consumo. Portanto, quem quiser consumir, encontra soluções para consumir sem isto, porque isto não vai modificar rigorosamente nada.”-----

E digo isto à vontade, porque durante toda a minha vida e em função da minha profissão, nunca fui pessoa de descansar ao domingo e aos feriados, o horário rotativo fez sempre parte da minha vida profissional, portanto não é isso que está em questão. Isto inscreve-se, em mais uma tentativa, de abuso da força de trabalho e mais nada do que isso. Neste aspecto estaremos contra.”-----

ANTÓNIO PEDROSA, disse o seguinte: “era só para recordar, à assembleia e ao Sr. deputado Nuno Biscaia, que é verdade o que ele disse, nós sabemos que o PS defende uma flexibilização da cobrança da taxa de estacionamento em períodos. Não está aqui em causa a paternidade da ideia, mas o Movimento Figueira 100%, já há algum tempo que o propôs e que o fez em sede própria. De qualquer forma, ainda bem que estamos alinhados e que defendemos esta posição que pode, de alguma forma, ajudar a combater a desertificação do comércio tradicional.”-----

PRESIDENTE DA CÂMARA, interveio dizendo: “julgo que a proposta, é a que melhor se insere na defesa da nossa região, perante, os concelhos limítrofes e poderá estancar, muitas saídas para aquisição de bens fora do nosso concelho. Este



será, talvez, o aspecto de maior preponderância e que é mais determinante na definição desta opção. O resto, os postos de trabalho e se aumenta ou não aumenta o consumo, é discutível, se bem, que parece numa fase de recessão, também é aconselhável que se mantenha alguns níveis confortáveis de consumo. Mas não era tanto por isso, congratulo-me com a posição tomada, numa reflexão conjunta em relação à proposta da bancada do PS poderei dizer que, no encandeamento daquilo que já foi sugerido, no âmbito da reunião de câmara. Nós já apresentámos, à Figueira Parques, uma nota que será levada ao Conselho de Administração, no sentido de também facilitar o aparcamento entre as 18h e as 20h, praticamente será apenas a restrição de uma hora das seis às sete.----- Em relação ao sábado, aplicámos como projecto, das 11h às 13h, não pusemos logo às 9h para impedir, precisamente, que as pessoas ocupassem os espaços disponíveis, não propriamente para linhas de comércio mas para aproveitar apenas a disponibilidade do espaço. Portanto, é pedagógico e é aconselhável, pelo menos das 9h às 11h, se mantenha o pagamento da taxa e das 11h em diante seja concedido o benefício, sob pena de podermos estragar o objectivo inicial.”----- **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, disse o seguinte: “não havendo mais nenhuma questão, coloco o ponto à votação.”-----

A Assembleia Municipal, deliberou por maioria, com maioria com trinta e sete votos a favor (16 do PS, 14 do PSD, 5 do Movimento Figueira 100% e 2 dos Membros Independentes) e com um voto contra da CDU, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, aprovar a alteração da redacção dos artigos 6.º, 7.º e 11.º do Regulamento de Abertura e Encerramento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços no Município da Figueira da Foz.-----

5.4 - POLÍTICA DE CIDADES - REDES URBANAS PARA A COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO - REDE DE CASTELOS E MURALHAS MEDIEVAIS DO MONDEGO - PROPOSTA DE RECTIFICAÇÃO DE DELIBERAÇÃO

Foi presente o processo mencionado em epígrafe, o qual foi aprovado em reunião de câmara de 18 de Janeiro de 2011.-----

ELISA MATOS, interveio dizendo: “em relação a este assunto, era de esperar. Na altura, chamei essa atenção, de que o que estava aqui em discussão não devia ser o que estava em discussão, mas sim uma agência de desenvolvimento e os respectivos estatutos dessa mesma agência de desenvolvimento, porque era a condição indispensável para que a rede urbana pudesse arrancar e assinar o seu



contrato de financiamento, no âmbito do quadro de referencias, estratégico-nacional. Sendo assim, acho interessante, mas normalmente, quando o Movimento Figueira 100% me diz, preparas o ponto X, eu preparo mesmo. E estudo as coisas muito direitinhas e os papeis todos que me são fornecidos, parece que não, mas há que rever esta situação. Também me parece muito bem que, na altura não ficou muito consciente de que tudo isto envolve dinheiro por parte da autarquia, para um investimento, naquilo que é a arte de preservar o património medieval. Da nossa parte, vamos então proceder a esta rectificação.”-----

PRESIDENTE DA CÂMARA, disse o seguinte: “reconheço o mérito da intervenção da Sr.^a deputada, tem toda a razão, simplesmente, nós aqui também acabamos por servir um pouco de veiculo, porque isto é mais alargado, é uma proposta que nos é feita, que nós submetemos à Assembleia Municipal. Se bem que haja, a advertência foi oportuna, bem me lembro dessa advertência, nós na altura estávamos condicionados. Depois quando se foi proceder ao registo da entidade e bem, é que foi chamada a atenção, que tinha de ser uma agencia para o desenvolvimento, aliás para o fim pretendido com a parceria. Portanto, tem toda a razão, mas simplesmente, também nós estávamos condicionados àquilo que nos era proposto, pela entidade promotora, nomeadamente os outros municípios. Como sabem e já agora dou nota, foi uma apresentação feita no Convento de Santa a Clara a Velha e, acho que, foi extremamente oportuna a nossa inclusão, porque deu um carácter mais alargado à iniciativa. É o que se me oferece dizer, embora tenha razão, na altura estávamos condicionados.”-----

ELISA MATOS, disse o seguinte: “Sr. Presidente, só li os documentos que me foram entregues na época.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA, disse o seguinte: “não havendo mais intervenções, coloco o ponto à votação.”-----

A Assembleia Municipal, deliberou por unanimidade, rectificar a deliberação da Assembleia Municipal de 30 de Setembro de 2010, ponto 5.6, corrigindo-se a denominação da Agência de Castelos e Muralhas Medievais do Mondego (ACMMM) para Agência para o Desenvolvimento dos Castelos e Muralhas Medievais do Mondego.----

5.5 - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DA CÂMARA MUNICIPAL DA FIGUEIRA DA FOZ, PUBLICADA NA 2.ª SÉRIE, DO DIÁRIO DA REPÚBLICA, DE 19 DE OUTUBRO DE 2010

Foi presente o processo mencionado em epígrafe, o qual foi aprovado em reunião de câmara de 1 de Fevereiro de 2011.-----



PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA, disse o seguinte: “alguém quer fazer alguma intervenção sobre este ponto? Não havendo ponho desde já à votação.”-----

A Assembleia Municipal, deliberou por unanimidade, nos termos da alínea n) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, aprovar a alteração ao Regulamento de Organização dos Serviços Municipais da Câmara Municipal da Figueira da Foz, publicada na 2.ª Série, do Diário da República, de 19 de Outubro de 2010.-----

5.6 - COMEMORAÇÕES DO ANO INTERNACIONAL DA JUVENTUDE - REALIZAÇÃO DO CONCURSO “TALENTOS EM PALCO”, EM PARCERIA COM O CENTRO DE ARTES E ESPECTÁCULOS DA FIGUEIRA DA FOZ - APRESENTAÇÃO DAS NORMAS DE PARTICIPAÇÃO

Foi presente o processo mencionado em epígrafe, o qual foi aprovado em reunião de câmara de 22 de Fevereiro de 2011.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA, disse o seguinte: “alguém quer fazer alguma intervenção sobre este ponto? Não havendo ponho desde já à votação.”-----

A Assembleia Municipal, deliberou por unanimidade, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, aprovar as normas de participação no concurso “Talentos em Palco”, no âmbito das comemorações do Ano Internacional da Juventude.-----

A Assembleia Municipal, deliberou por unanimidade, aprovar a acta em minuta.----

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente da Assembleia Municipal declarada encerrada a sessão eram dezoito horas e quarenta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente acta, que será previamente distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal para posterior aprovação e que vai ser assinada pelo Presidente e pelo Secretário, nos termos da Lei.-----